



CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHOPR

TELEFAX: (0*)42 3648-1134 E-mail: camamun.marquinho@gmail.com

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

Edital de abertura n.º 01/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Marquinho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concursos, nomeada através do Decreto Legislativo N.º1014/2017, **TORNA PÚBLICA** a realização de **Concurso Público**, sob o regime estatutário, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal.

- 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
- 1.1.O Concurso Público a que se refere o presente Edital será executado pela Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama, Credenciada pelo MEC, situada na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, 3678, Umuarama, PR,CEP 87501-200, endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos e correio eletrônico concursos@faculdadealfauarama.com.br.
- 1.2.O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas existentes, sob regime estatutário, de acordo com a Tabela 2.1 deste Edital e tem prazo de validade de 2 (dois)anos a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Legislativo Municipal.
- 1.3.A convocação para a vaga informada na Tabela 2.1 deste Edital será feita de acordo com a necessidade e a conveniência do Poder Legislativo Municipal, dentro do prazo de validade do concurso.
- 1.4.Os requisitos e as atribuições dos cargos estão relacionados no Anexo I deste Edital.
- 1.5.Os conteúdos programáticos da prova objetiva encontram-se no Anexo II deste Edital.
- 1.6.Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos.

- 2. DOS CARGOS**
- 2.1.O cargo, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, as vagas para pessoa com deficiência (PCD), a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição e os requisitos básicos para posse no cargo são as especificações a seguir:

Tabela 2.1	CARGOS DISPONÍVEIS NESTE CONCURSO PÚBLICO					
Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PCD	Remuneração Inicial Bruta	Taxa de Inscrição	Requisitos básicos
CONTADOR	16horas	01	*	R\$ 2.000,00	R\$ 150,00	Curso superior completo em Ciências Contábeis e Habilitação para o exercício profissional expedida pelo Conselho Corresponsável.

* Não há reserva de vagas para candidato com deficiência para provimento imediato devido ao quantitativo de vagas oferecido, sendo mantido cadastro de reserva.

- 3.REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO**
- 3.1.São requisitos básicos para a ingresso no quadro de servidores:
- a) ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
 - b) ter completado 18 (dezoito) anos;
 - c) estar em pleno exercício dos direitos políticos;
 - d) ser julgado apto fisicamente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Câmara.
 - e) possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
 - f) declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
 - g) a qualificação com as atribuições essenciais e militares;

- h) não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público;
- i) ter sido aprovado e classificado no concurso público;
- j) atender às demais exigências contidas neste Edital.

- 4. DAS INSCRIÇÕES**
- 4.1 A inscrição no Concurso Público oficial, desde logo, o conhecimento e a tática adotada pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
- 4.2 As inscrições para este Concurso Público serão realizadas **somente via Internet**. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.
- 4.3 O período para a realização das inscrições será o período estabelecido no **ANEXO III - Cronograma**, observado horário oficial de Brasília/DF, através do endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos.
- 4.4 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:
- a) preencher o **Formulário de Solicitação de Inscrição** declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo e submetendo-se às normas expressas neste Edital;
 - b) imprimir o boleto bancário gerado e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado na Tabela 2.1 até a data estabelecida no cronograma deste Edital;
 - c) Em hipótese alguma, após finalizado o preenchimento do Formulário de Solicitação de inscrição, será permitido ao candidato alterar o cargo para o qual se inscreveu.
- 4.5 O candidato terá sua inscrição deferida mediante o pagamento correto do boleto bancário.
- 4.6.1 No caso de vagas ou mais inscrições de um mesmo candidato será considerada a última inscrição realizada com data e horário mais recente, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo resarcimento do valor pago, ou transferência do valor pago para outro candidato ou ainda para vaga destinada para outro cargo.**
- 4.7 E a exclusividade responsabilidade do candidato a existência dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.
- 4.7.1 Declaração falsa ou inexistente dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, resultando o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, inclusive, em qualquer época, na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a posse do candidato, o mesmo será exonerado do cargo.
- 4.8 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em duas a três vezes, até aos Cores Locais, até a data de seu vencimento. **Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até a data máxima estipulada no ANEXO III - Cronograma.** As inscrições realizadas com pagamento após essa data serão consideradas canceladas.
- 4.9 A Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no cronograma deste Edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste concurso.
- 4.10 As inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nas pagas em depósito ou transferência bancária, tampouco se dá programação de pagamento que não sejam efetivas.
- 4.11 A Câmara e a Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de acesso à Internet e/ou problemas de acesso, em qualquer época, na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a posse do candidato, o mesmo será exonerado do cargo.
- 4.12 Quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição caberá interposição de recurso, protocolado em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos, no período estipulado para interposição de recurso, expedido no **ANEXO III - Cronograma**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

- 5. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)**
- 5.1 As pessoas com deficiência serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. As vagas serão distribuídas entre Edital, referentes às Pessoas com Deficiência, são correspondentes às de Lei nº 7.853/98 e do Decreto 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto nº 3.968/14 e Federais.
- 5.1.1 G.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1, deste edital, não seja suficiente, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas reservadas por cargo, nos termos do § 2º do art.º 5º da Lei nº 8.112/1992.
- 5.1.2 Sempre haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).
- 5.1.3 A compatibilidade da pessoa com deficiência com o cargo no qual se inscreveu será declarado por junta médica oficial, perdendo o candidato o direito à nomeação caso seja considerado inapto para o exercício do cargo.
- 5.2 A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.
- 5.3 São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, que se enquadram nas categorias de 1 a VI a seguir e a contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: “O portador de deficiência possui direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes”:
- I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, paraparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiparesia, hemiparesia, oostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Retenção dada pelo Decreto nº 5.296 de 2004);
 - II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida poraudiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ (Retenção dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
 - III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ou casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Retenção dada pela OIT nº 145, de 2004);
 - IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
 - a) comunicação;
 - b) cuidado pessoal;
 - c) habilidades sociais;
 - d) utilização dos recursos da comunidade (Retenção dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
 - e) saúde e segurança;
 - f) habilidades acadêmicas;
 - g) lazer;
 - h) trabalho;

- V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.
- VI - Pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
- 5.4. PARA CONCORRER COM PESSOA COM DEFICIÊNCIA ou a condições especiais para realização da prova e da candidato lactante, o candidato deverá:**
- 5.4.1.1) Acessar o site www.alfauarama.com.br/concursos;
 - 5.4.1.2) efetuar sua inscrição no concurso público no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, através do site www.alfauarama.com.br/concursos;
 - 5.4.1.3) enviar o formulário de solicitação de reserva de vagas para PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) devidamente preenchido e assinado, conforme Anexo V deste Edital e o laudo médico com as informações descritas no item a seguir;
 - 5.4.1.4) o laudo médico deverá estar redigido em letra legível e dispor sobre a seguinte e o grau ou nível da deficiência da VI a seguir e a contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: “O portador de deficiência possui direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes”, para todos os efeitos legais.

- 5.6. PARA CONCORRER COM PESSOA COM DEFICIÊNCIA ou a condições especiais para realização da prova e da candidato lactante, o candidato deverá:**
- 5.6.1.1) Acessar o site www.alfauarama.com.br/concursos;
 - 5.6.1.2) efetuar sua inscrição no concurso público no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, através do site www.alfauarama.com.br/concursos;
 - 5.6.1.3) enviar o formulário de solicitação de reserva de vagas para PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) devidamente preenchido e assinado, conforme Anexo V deste Edital e o laudo médico com as informações descritas no item a seguir;
 - 5.6.1.4) o laudo médico deverá estar redigido em letra legível e dispor sobre a seguinte e o grau ou nível da deficiência da VI a seguir e a contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: “O portador de deficiência possui direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes”, para todos os efeitos legais.

- 5.7** O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível no endereço eletrônico das inscrições, disponível no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos em data disponível no Anexo V deste Edital.
- 5.7.1** O candidato que tiver a sua inscrição indeferida como PCD poderá **imprimir** recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos no **período proposto no ANEXO III - Cronograma**, observado horário oficial de Brasília/DF.
- 5.8 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados especiais para pessoas com deficiência.
- 5.9 Não havendo candidatos aprovados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, esta será preenchida com estista observância da ordem de classificação geral.**
- 5.10.1** A candidatura que tiver:
- 5.10.1.1) candidato que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da prova, deverá:
 - 5.10.1.2) 1. Levar acompanhante;
 - 5.10.1.2.1 Levar certificado de nascimento do lactante (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade.
 - 5.10.2 A Candidata que necessitar amamentar deverá levar um acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante não responderá pela guarda do lactante em sua reserva para amamentação. Constatado, durante a amamentação, e vedada a permanência de qualquer pessoa que tenha grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.
 - 5.10.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos eletrônicos durante a realização do certame.

- 5.11 Os horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de um fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a prova de comunicação, durante o período de realização da prova.
- 5.11.1 Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.
- 5.12 Não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, laudo médico original ou copia autenticada, bem como quaisquer documentos enviados e não enviados em cópias destes documentos.
- 5.13.1 Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da referida documentação ao seu destino.
- 5.14 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos em data provável disponível no Anexo II - Cronograma. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá imprimir recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico



CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHOPR

TELEFAX: (0*)42 3648-1134 E-mail: camamun.marquinho@gmail.com

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

Edital de abertura n.º 01/2017

- www.alfauarama.com.br/concursos no período estabelecido em seu Anexo III - Cronograma, observado horário oficial de Brasília/DF.
- 6 - DA SENSAÇÃO DA TELA DE INSCRIÇÃO**
- 6.1. Havendo falha na taxa de inscrição, conforme Decreto Federal nº 5.933/2008.
- 6.1.1-Conforme o Decreto Federal nº 5.933/2008, Art. 1º, item incisos do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público, realizado no âmbito municipal, os candidatos que:
- a) estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135/2007; e
 - b) for membro da família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007;
- 6.1.2 - O candidato que fez jus ao benefício deverá:
- a) acessar o site www.alfauarama.com.br/concursos;
 - b) efetuar sua inscrição no concurso público no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, através do site www.alfauarama.com.br/concursos;
- 6.1.3. Prever a declaração de que atende à condição estabelecida nos itens anteriores, conforme Anexo IV deste edital.
- 6.1.4. Enviar através de link específico de SENTO no site www.alfauarama.com.br/concursos, dentro do prazo estipulado no cronograma deste Edital, os seguintes documentos: Anexo IV devidamente preenchido e assinado e cópia do documento de identificação tipo R.G. O candidato deve estar “logado” no site para enviar documentos.
- 6.1.3 - A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.596/1979.
- 6.1.4. Não será aceita solicitação de cancelação de pagamento de valor de inscrição via fax ou via correio eletrônico.
- 6.1.5 - A relação dos pedidos de intenção deferidos e indeferidos será divulgada em mural na Câmara Municipal e no site www.alfauarama.com.br/concursos na data estabelecida no Anexo II - Cronograma.
- 6.1.6 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de intenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, para efetuar o pagamento até o prazo estabelecido no Anexo III - Cronograma, conforme procedimentos descritos neste edital.

- 7. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES**
- 7.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos em data provável disponível no Anexo III - Cronograma.
- 7.2 No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência, às vagas para pessoa com deficiência e dos candidatos solitantes de condições especiais para a realização da prova.
- 7.3 O candidato ao indeferimento das inscrições, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos no **período estabelecido no ANEXO III - Cronograma**, dentro início às 08h até 23h59min da data final estipulada, observado o horário oficial de Brasília/DF.
- 7.4 A Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público, a qual decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado de cada pedido de decisão disponibilizado no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos.
- 7.5 - No Edital de homologação das inscrições, será publicada a relação de pedidos especiais deferidos e indeferidos para realização da prova escrita. O candidato que solicitou o atendimento especial e cumpriu fielmente o item 5.4 deste Edital e não entrar nesta relação, deverá apresentar recurso, sem efeito suspensivo, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, dentro início às 08h até 23h59min da data final estipulada, observado o horário oficial de Brasília/DF.
- 7.6 A Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público, a qual decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado de cada pedido de decisão disponibilizado no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos.

- 7.5 - No Edital de homologação das inscrições, será publicada a relação de pedidos especiais deferidos e indeferidos para realização da prova escrita. O candidato que solicitou o atendimento especial e cumpriu fielmente o item 5.4 deste Edital e não entrar nesta relação, deverá apresentar recurso, sem efeito suspensivo, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, dentro início às 08h até 23h59min da data final estipulada, observado o horário oficial de Brasília/DF.

- 7.6 A Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público, a qual decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado de cada pedido de decisão disponibilizado no endereço eletrônico www.alfauarama.com.br/concursos.

- 8. DAS FASES DO CONCURSO**
- 8.1** O Concurso Público contará das seguintes provas e fases:

- Primeira etapa:** realização de prova escrita objetiva, aplicada a todos os candidatos, possuindo caráter eliminatório e classificatório.
- Segunda etapa:** prova de títulos, de caráter apenas classificatório.
- Terceira etapa:**realização de exame pré-admissional para verificar se o candidato preenche todos os requisitos para investidura no cargo.
- 8.2 - DA PRIMEIRA ETAPA - PROVA OBJETIVA**
- 8.2.1 - A prova escrita será composta de 35 questões, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Conteúdos	Quantidade de Questões	Peso Individual	Total de pontos
Conhecimento Específico do cargo	10	2,0	20,0
Conhecimentos Gerais e Legislação	10	2,0	20,0
Matemática	05	2,0	10,0
Língua Portuguesa	05	2,0	10,0
TOTAL DE PONTOS NA PROVA			100,00

- 8.2.2 - Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo II, observando-se a especificidade para cada cargo e estando disponíveis no site <http://www.alfauarama.com.br/concursos>.
- 8.2.3 DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA**
- 8.2.3.1 A prova objetiva será aplicada na cidade de Marquinho, Estado do Paraná.
- 8.2.3.2 A Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama poderá utilizar salões existentes e/ou extra(s) nos locais de aplicação da prova, colocando ou remanejando candidatos para essa(s), conforme as necessidades.
- 8.2.3.3 A prova objetiva será aplicada em data provável disponível no Anexo III - Cronograma, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.alfauarama.com.br/concursos>.
- 8.2.3.4 O horário de início da prova será o mesmo, ainda que realizada em diferentes locais.
- 8.2.3.5 Havendo alteração de data prevista, a prova poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.
- 8.2.3.6 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.1 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.2 O candidato deverá assinar as respostas das questões da prova objetiva na folha de Respostas, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto.
- 8.2.3.6.3 Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identificação fornecidas por ordens e comissões de classe, que, por lei federal, vem com o documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto, nos termos da Lei nº 9.503, art.159, de 12/9/97.
- 8.2.3.6.4 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.5 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.6 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.7 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.8 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.9 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.10 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.11 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.12 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.13 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.14 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.15 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.16 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.17 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.18 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.19 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.20 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.21 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.22 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.23 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.24 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.25 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.26 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.27 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.28 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.29 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.30 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.31 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.32 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.33 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.34 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.35 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.36 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.37 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.38 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.39 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.40 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.41 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação oficial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 8.2.3.6.42 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data

CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR
TEL/FAX: (0º 42) 3648-1134 E-mail: camaramun.marquinho@gmail.com

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017
Edital de abertura n.º 01/2017

ANEXO VI - REQUERIMENTO DE RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ R.G.: _____
Inscrição: _____ Fone: _____
Cargo Pretendido: _____

A Comissão Organizadora do Concurso Público / Faculdade Alfa de Umuarama
O presente RECURSO REFERE-SE A:

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO:

_____, de _____ de _____

Assinatura do Candidato

INSTRUÇÕES:
- Somente serão analisados pela Banca Examinadora os recursos protocolados dentro dos prazos previstos e formulados de acordo com as normas estabelecidas no Edital de Abertura.

- No caso de recurso às questões da prova escrita este deverá apresentar argumentação lógica e consistente, devendo, ainda, estar acompanhado de cópia da bibliografia pesquisada para fundamentação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
PRAÇA RUI BARBOSA, 01 – FONE (042) 3635-8100
85.301-070 – LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2017 – PMLS
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de digitalização, indexação de documentos, incluindo a preparação, o escaneamento, tratamento de imagens, o reconhecimento óptico dos caracteres e o armazenamento eletrônico, para prefeitura municipal de laranjeiras do sul, paraná.
Tipo da Licitação: Menor Preço por Item.
Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 11/12/2017.
Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Licitações, no site do município ou através do email: licitacao@ls.pr.gov.br.
Laranjeiras do Sul-PR, 21 de Novembro de 2017.

Gilson Ferreira Cella
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
PRAÇA RUI BARBOSA, 01 – FONE (042) 3635-8100
85.301-070 – LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 154/2017 – PMLS
Objeto: Aquisição de equipamentos para a secretaria de assistência social e segurança da família, exclusivo para micro empresas e empresas de pequeno porte.
Tipo da Licitação: Menor Preço por Item.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 11/12/2017.
Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Licitações, no site do município ou através do email: licitacao@ls.pr.gov.br.
Laranjeiras do Sul-PR, 21 de Novembro de 2017.

Gilson Ferreira Cella
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
PRAÇA RUI BARBOSA, 01 – FONE (042) 3635-8100
85.301-070 – LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 155/2017 – PMLS
Objeto: Aquisição de 01 veículo 0 km ano modelo 2017/2018 tipo van, 01 veículo 0 km ano modelo 2017/2018 capacidade de 05 lugares, para uso da secretaria municipal de educação.
Tipo da Licitação: Menor Preço por Item.
Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 12/12/2017.
Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Licitações, no site do município ou através do email: licitacao@ls.pr.gov.br.
Laranjeiras do Sul-PR, 21 de Novembro de 2017.

Gilson Ferreira Cella
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
PRAÇA RUI BARBOSA, 01 – FONE (042) 3635-8135
85.301-070 – LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ
ATO AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2017 – PMLS
Objeto: Aquisição de um veículo 0 km ano modelo 2017/2018 (tipo ambulância de simples remoção), 01 veículo 0 km ano modelo 2017/2018 tipo van, 01 veículo 0 km ano modelo 2017/2018 capacidade de 05 lugares, de acordo com a resolução sessa nº 550/2017, para uso da secretaria municipal de saúde.
Tipo Licitação: Menor Preço Item.
Abertura dos Envelopes: 12 de dezembro de 2017, às 10h00min.
Autorização: Jonas Felisberto da Silva – Prefeito Municipal.
Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Licitações, no site do município ou através do email licitacao@ls.pr.gov.br.
Laranjeiras do Sul-PR, 22 de novembro de 2017.

Leoni Luiz Meletti
Presidente Comissão de Licitação

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 216/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2017-PMLS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Praça Rui Barbosa, nº 01, Centro, Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 04.486.774/0001-25, situada na Rua Francisco Schelle, nº 64, Parque São Paulo, Cascavel-PR, CEP 85.903-730, neste ato representada pelo Sr. ACIR NICOLLI, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 335.512.199-15, e portador da cédula de identidade nº 2.032.843-6-SSP/PR.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: **R\$ 12.600,00** (doze mil e seiscentos reais).

PRazo de vigência: **12 (doze) meses**.

DATA DA ASSINATURA: **21 de novembro de 2017**.

FORO: **Comarca de Laranjeiras do Sul-PR**.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 217/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2017-PMLS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, ZERO KM, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Praça Rui Barbosa, nº 01, Centro, Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: AUTO BRAZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 78.512.779/0001-11, situada na Rua Expedicionário João Maria, nº 1041, Centro, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.301-410, neste ato representada pelo Sr. FABIANO RICARDO FRANCIOSI, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 860.174.039-15, e portador da cédula de identidade nº 4.478.693-1-SSP/PR.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: **R\$ 49.450,00** (quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

PRazo de vigência: **12 (doze) meses**.

DATA DA ASSINATURA: **21 de novembro de 2017**.

FORO: **Comarca de Laranjeiras do Sul-PR**.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE **PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2017**.

No dia 21 de novembro de 2017, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, HOMOLOGA o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial Nº 138/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, em favor da empresa vencedora pelo critério Menor Preço por Item:

VENCEDOR	ITEM	VALOR TOTAL R\$
ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA - EPP [CNPJ: 04.486.774/0001-25]	01.	12.600,00

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO **Pregão Presencial Nº 138/2017 R\$ 12.600,00** (Doze Mil e Seiscentos Reais).

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE **PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2017**.

No dia 21 de novembro de 2017, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, HOMOLOGA o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial Nº 141/2017, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, ZERO KM, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em favor da empresa vencedora pelo critério Menor Preço por Item:

VENCEDOR	ITEM	VALOR TOTAL R\$
AUTO BRAZ LTDA [CNPJ: 78.512.779/0001-11]	01.	49.450,00

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO **Pregão Presencial Nº 141/2017 R\$ 49.450,00** (Quarenta e Nove Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais).

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - CEP 85.350-000
Fone: (42) 3637-1148

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2017-PMNL

O Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a realização da licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 12/2017-PMNL, tipo menor preço, às 09:00 horas, do dia 11 de dezembro de 2017**, na Prefeitura Municipal, situada à Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - Fone (42) 3637-1148, cujo objeto é a aquisição de mobiliário, equipamentos odontológico-hospitalares e eletroeletrônicos, para as Unidades de Atenção Primária - APSUS, através da Resolução SESA 604/2015.

A pasta técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado a partir do dia 21 de novembro de 2017, no horário de expediente, ou solicitados através do e-mail: licitacao@novalaranjeiras.pr.gov.br e www.novalaranjeiras.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço supracitado ou por Telefone (42) 3637-1148.

Nova Laranjeiras - Pr, 22 de Novembro de 2017.

VALDECIR ALVES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Licitação

FOZ DO JORDÃO
www.fozdojordaopar.gov.br

PORTARIA Nº 213/2017

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 14º da Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997 e Lei Municipal nº 736/2017 de 22 de fevereiro de 2017:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear e Senhora **MATARA SARNOSKI** portadora do RG nº 13.403.136-0 SSP/PR e inscrita no CPF nº 099.754.219-54, para ocupar o cargo em comissão de **"CHEFE DE SETOR"**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos legais a partir de 14/11/2017, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 20 de novembro de 2017.

IVAN PINHEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
FOZ DO JORDÃO-PR

RESOLUÇÃO Nº 013/2017

O Conselho Municipal de Assistência Social de Foz do Jordão, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2008 de 15/06/2009 e reunida em 14/11/2017.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas da Assistência Social (PPAS) referente ao primeiro semestre do ano de 2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 14 de novembro de 2017.

Adão Simões
Presidente do CMAS

MUNICÍPIO DE PINHÃO
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE PINHÃO TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO DE GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS QUE TENHAM INTERESSE EM FORNECER E ENTREGAR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PINHÃO/PR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO CARDÁPIO PREVISTO PARA O ANO LETIVO DE 2018 DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DO CERTAME.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 23/11/2017 ATÉ 13/12/2017, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO, OU ATRAVÉS DO E-MAIL compraspinhao@gmail.com

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: FONE (42) 3677-1131, E TAMBÉM ATRAVÉS DO E-MAIL compraspinhao@gmail.com

ABERTURA DA LICITAÇÃO: ÀS 09H00MIN DO DIA 13/12/2017, NA SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO.

FARECEIR JURÍDICO nº 364/2017 – WALDIR FIGUEIREDO RECCANELLO – OAB/PR 30.804

PINHÃO-PR, 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO Nº 282/2017
DATA: 20/11/2017

SÚMULA: Nomeia aprovados no Concurso Público de 2016.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Edital de Convocação nº 006/2017 de 24/10/2017 e considerando o Parecer Jurídico nº 117/2017:

Decreta:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público de 2016, para assumir suas funções:

NOME: **João Rubieski Junior** FUNÇÃO: **Enfermeiro**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 20 de Novembro de 2017.

Odil Antonio Gotardo
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO Nº 282/2017
DATA: 22/11/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a Regulamentação do Funcionamento de Bares, Restaurantes, Lanchonetes, Trainers, Conveniências e outros estabelecimentos comerciais e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 1.298/2008, de 21 de dezembro de 2008, Artigo 21 do Código de Posturas Municipais e Artigo 30, Inciso I da Constituição Federal de 1988:

CONSIDERANDO, as inúmeras queixas e reclamações dirigidas ao Executivo Municipal junto ao setor de posturas municipais, relatando poluição sonora e ocupação irregular do espaço público;

CONSIDERANDO, a necessidade de promover o sossego Público;

CONSIDERANDO, a necessidade de Regulamentar o horário de funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes, trailers, conveniências e similares no Município de Pinhão;

DECRETA:

Art. 1º. O horário de funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes, trailers, conveniências e similares será:

I - das 06h00 às 02h00, de domingo a quinta-feira;

II - das 06h00 às 02h00 do dia seguinte, na sexta-feira, sábados e vésperas de feriados;

Parágrafo único. Desde que cessada a entrada e/ou atendimento de novos clientes, o fechamento efetivo do estabelecimento não excederá a 30 minutos para o enquadramento no inciso I deste artigo;

Art. 2º. Os proprietários de estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, especialmente bares, lanchonetes, conveniências e similares que comercializam bebidas com álcool, deverão zelar pela ordem e tranquilidade no decorrer de suas atividades, de modo a não permitir a perturbação do sossego alheio ou da vizinhança, sob qualquer forma e em qualquer horário.

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 3º. Fica proibida aos estabelecimentos elencados no caput do artigo 1º:

I - utilização de som de qualquer natureza, tais como automotivo, mecânico, caixas de som móveis, som ao vivo e outros que haja perturbação do sossego público conforme verificado no Artigo 144 da Lei 1298/2006, e previstos nos dispositivos legais atinentes ao caso;

II - a utilização das vias públicas e passeios para colocação de mesas, cadeiras, tabladões, palcos, placas publicitárias ou não, tendas ou qualquer objeto que venha obstruir total ou parcialmente as vias públicas e passeios.

§ 1º O proprietário do estabelecimento ou, na sua ausência, o gerente ou responsável por seu funcionamento tem a obrigação de cobrir a utilização de som.

§ 2º É aceitável, até o fechamento do estabelecimento, som ambiente em baixo volume.

Art. 4º. Para fins do presente Decreto, são caracterizados como bares, restaurantes, lanchonetes, trailers, conveniências ou similares, os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas.

Art. 5º. Os horários acima especificados deverão constar em todos os alvarás de licença de funcionamento/realização emitidos pelo órgão da Prefeitura responsável para esse fim.

§ 1º Não se considera infração a abertura de estabelecimento para lavagem ou limpeza, ou quando o responsável não tendo outro meio de se comunicar com a rua, conservar aberta uma das portas de entrada para o efeito de embarque e desembarque de mercadorias, durante o tempo estritamente necessário à elevação dos mencionados atos.

§ 2º Os horários ora mencionados poderão excepcionalmente ser antecipados e/ou prorrogados mediante solicitação de Alvará de Funcionamento em Horário Diferenciado, a ser emitido por órgão competente para tal, conforme as peculiaridades do estabelecimento e do local onde se encontra instalado, preservadas as condições de higiene e de segurança do público e do prédio e, em especial a prevenção à violência, obedecidos aos seguintes requisitos que serão observados pela Municipalidade:

I - isolamento acústico, comprovado por Laudo Técnico emitido por profissional legalmente habilitado;

II - medidas preventivas visando à integridade física dos clientes;

III - laudo de Vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros;

IV - desde que o estabelecimento ou responsável pelo evento não tenha sido autuado previamente por descumprimento de quaisquer normas previstas no presente Decreto, Código de Posturas ou leis municipais; que venham sobre a questão, previamente a solicitação, no ano que sucede esta.

Art. 6º. A fiscalização do cumprimento deste Decreto será exercida pela Administração Direta e Indireta e coordenada pelo Município, que poderá solicitar apoio dos órgãos da segurança pública do Estado, para o cumprimento das normas estabelecidas nesta lei.

Art. 7º. Todos os bares, restaurantes, lanchonetes, trailers, conveniências ou similares, que se enquadram no presente Decreto serão notificados para que se adequem ao novo horário de funcionamento, informado obrigatoriamente através de placa ou cartaz a ser fixado em local visível - Anexo I.

Art. 8º. É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas por ambulantes.

Art. 9º. Festas tradicionais serão objeto de Alvará de Funcionamento específico.

Art. 10º. O não cumprimento do disposto neste Decreto sujeitará ao infrator às penalidades previstas no Código de Postura Municipal, Lei 1298/2006 e legislação esparsa, sem prejuízo das demais medidas legais.

§ 1º A inobservância do presente Decreto implicará aos infratores as seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito na primeira infração;

II - Multa pecuniária em caso de reincidência, conforme previsto no Código de Posturas Municipais, Lei 1298/2006;

III - Suspensão temporária das atividades do estabelecimento pelo período de 30 (trinta) dias, em caso segunda reincidência;

IV - Cancelamento de licença especial e do Alvará de funcionamento.

§ 1º Desrespeitado o inciso III e IV do parágrafo anterior, será solicitada auxílio policial para exigir o cumprimento da penalidade administrativa e será providenciado boletim de ocorrência com base no Artigo 330 do Código Penal e nos termos desta Lei.

Art. 11º. Os casos não previstos no presente Decreto serão supridos pela legislação municipal aplicável e caso necessário, poderão ser publicados outros atos normativos para sanar as eventuais omissões.

Art. 12º. Independente da publicação do presente Decreto, todos os estabelecimentos elencados no caput do artigo 1º serão notificados, mediante entrega de cópia do Decreto contra recibo, que deverá ser afixado em local visível dentro do estabelecimento comercial.

Art. 13º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão,
Estado do Paraná, em 22 de Novembro de 2017.

Odil Antonio Gotardo
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

MUNICÍPIO DE PINHÃO

Secretaria de Finanças/ Setor de Tributação
Departamento de Fiscalização/Posturas Municipais

Horário de Funcionamento:

De Domingo à Quinta: das **06h00 às 00h00**,

Sextas, Sábados e Vésperas de Feriados:

das **06h00 às 02h00** do dia seguinte.

Decreto 282/2017 - Lei Municipal nº 1298/2006

Extrato nº 088/17
Comissões de Diárias

Nº da Comissão	Data de utilização do Diária	Nº de Diárias	Valor	Nome	Município Destino/UF	Objetivo da Viagem
128	29/11	01	PL,00	Lineir de Fatima Soares	Campos Lages	Viagem a serviço de casa lar de Pinhão para acompanhar criança menor em tratamento de saúde com consulta agendada no hospital infantil Waldeir Marinho
128	30/11/2017	01	R\$0,00	Luiz Pinheiro	Foz do Iguaçu	Travessia aérea para jogos do Estadual feminino de basquetebol
128	13/12/17	01	R\$0,00	Luiz Pinheiro	Londrina	Travessia aérea para jogos do Estadual feminino de basquetebol
128	09/11	01	R\$0,00	Ivo Hoffmann	Curitiba	Travessia aérea para jogos do Estadual feminino de basquetebol

Extrato nº 088/17
Comissões de Diárias

Nº da Comissão	Data de utilização do Diária	Nº de Diárias	Valor	Nome	Município Destino/UF	Objetivo da Viagem
129	17/11	01	PL,00	Valdeir José dos Santos	Laranjeiras	Travessia aérea para visitar parentes internos no centro de saúde - visitação
129	09/11	01	R\$0,00	Madalena Zanardi	Curitiba	Participar de palestra intitulada "o sistema único de assistência social e atuação em nível municipal" na sede do Instituto de São Paulo, rua XV de novembro, 467, Curitiba, Paraná
129	09/11	01	R\$0,00	Mário do Belém Syriak	Curitiba	Participar de palestra intitulada "o sistema único de assistência social e atuação em nível municipal" na sede do Instituto de São Paulo, rua XV de novembro, 467, Curitiba, Paraná
129	09/11	01	PL,00	Jeffy Daniel da Oliveira	Curitiba	Participar de palestra intitulada "o sistema único de assistência social e atuação em nível municipal" na sede do Instituto de São Paulo, rua XV de novembro, 467, Curitiba, Paraná

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ
CNPJ 78.275.911/0001-45
Rua Chadeval, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1183

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

1.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhes todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Presencial Nº 97/2017** e anexos, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.15. Fica eleito o foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

1.16. Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cantagalo, 20 de novembro de 2017.

JAIR ROCHA DA SILVA
Prefeito Municipal

SUDAUTO SUDOSTE AUTOMÓVEIS LTDA.
Detentor da Ata

Testemunhas:

1:..... 2:.....

Correio
DO POVO DO PARANÁ

**SE VOCÊ E A ÁGUA FICAREM PARADOS,
O MOSQUITO DA DENGUE VAI CHEGAR!**

3000x CONTRA DENGUE

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05/2017
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2017
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO
CONTRATADO: Custódio e Gomes LTDA
CNPJ: 08.713.742/0001-76

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Parágrafo Primeiro - O presente Termo Aditivo 06/2017 ao Contrato nº 22/2017, tem por objeto aquisição de um pneu para o veículo o VW Gol CL MC G5 de patrimônio da Câmara Municipal. Conforme relação abaixo:

ITEM	PRODUTO	Quantidade
01	Pneu 195/60 R-15 + 4 bicos (DE 1ª LINHA)	01

01 Pneu 195/60 R-15: R\$ 380,00;
01 bico R\$ 10,00.

Totalizando R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pela aquisição de um pneu para o veículo VW Gol CL MC G5, ora contratado, a Contratante pagará a Contratada, o valor de **Totalizando R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).**

Pinhão, 23 de novembro de 2017.

SEBASTIÃO RODRIGUES BASTOS
Presidente

Câmara Municipal de Foz de Jordão
Estado do Paraná

PORTARIA Nº 041/2017

SÚMULA: Concede diária a Vereadores e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Foz de Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Resolução 01/2011, de 09 de março de 2011, resolve e decreta:

Art. 1º - Fica Concedido Diária a Vereadores da Câmara Municipal de Foz de Jordão conforme especificado abaixo:

Nome do Vereador: ANTONIO DOS SANTOS
N.º de Diárias: 03 COM PERNOITE
Valor Unitário: 350,00

Nome do Vereador: OSMAR PRESA
N.º de Diárias: 03 COM PERNOITE
Valor Unitário: 350,00

Data Início: 07/11/2017
Data Fim: 10/11/2017
Município Destino/UF: CURITIBA – Pr.
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipos Padrão de Objetivo: Viagem de Parlamentar.
Objetivo da Viagem: Curso.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, fica revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Foz de Jordão, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de Novembro de 2017.

DERLI FRANCISCO RODRIGUES COSTA
Presidente

Câmara Municipal de Foz de Jordão
Estado do Paraná

PORTARIA Nº 042/2017

SÚMULA: Concede diária a Vereadores e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Foz de Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Resolução 01/2011, de 09 de março de 2011, resolve e decreta:

Art. 1º - Fica Concedido Diária a Vereadores da Câmara Municipal de Foz de Jordão conforme especificado abaixo:

Nome do Vereador: DERLI FRANCISCO RODRIGUES COSTA
N.º de Diárias: 01 SEM PERNOITE
Valor Unitário: 150,00

Data Início: 14/11/2017
Data Fim: 14/11/2017
Município Destino/UF: CURITIBA – Pr.
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipos Padrão de Objetivo: Viagem de Parlamentar.
Objetivo da Viagem: Visita à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, fica revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Foz de Jordão, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de Novembro de 2017.

DERLI FRANCISCO RODRIGUES COSTA
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.619/0001-79
Rua Santo Antônio, nº 225, Centro – CEP: 85160-000
Fone: (42) 36361228

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2017-CMC

O Presidente do Legislativo de Cantagalo, Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico, anexos, **RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 9/2017-CMC**, cujo objeto é a **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CANTAGALO-PR”** ADJUDICA o objeto a empresa **EVERALDO JOAO DA SILVA - ME**. Inscrita no CNPJ **06.130.048/0001-09**, pelo valor total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Cantagalo, PR, 21 de novembro de 2017.

Matheus Ruzicki
Presidente do Legislativo

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.205.962/0001-49
GESTÃO 2017 - 2020

Rua Juazeiro, 1065 - Centro - Fone: (46) 3532-8215 - Fax: (46) 3532-8233- Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
E-mail: licitacao@quedasdoiguacu.pr.gov.br - Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2017/PMQI

O MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, com a devida autorização expedida pela Prefeita Municipal a Srª MARLENE FATIMA MANICA REVERS, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos e ferramentas, com recursos provenientes do com recursos provenientes do Orçamento Geral do Município de Quedas do Iguaçu e serão utilizados junto à Secretaria de Educação de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

- As propostas serão recebidas até às 08:30 horas do dia 06/12/2017.
- As propostas recebidas serão abertas às 08:30 horas do dia 06/12/2017.
- O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 10:00 horas do dia 06/12/2017.
- Local: Setor de Licitações II.

INFORMAÇÕES SOBRE O PREGÃO: Informações bem como o edital e seus anexos poderão ser obtidos no Setor de Licitações II, localizado na Sede da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, sito a Rua Juazeiro, 1.065, Centro, Fone: (46) 3532-8215, no horário normal de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira ou através do e-mail: licitacao2@quedasdoiguacu.pr.gov.br.

Quedas do Iguaçu, 10 de novembro de 2017.

JOÃO ALVES DE MOURA
Pregoeiro

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 136/2017/PMQI

O MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, com a devida autorização expedida pela Prefeita Municipal a Srª MARLENE FATIMA MANICA REVERS, e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, e Decreto Municipal nº 113, de 07/04/2009, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a aquisição de 01 (uma) sementeira de arrasto nova, 15 linhas, com recursos provenientes do Convênio nº 111/2017, celebrado com o Estado do Paraná, por sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e o Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 06/12/2017 (Horário de Brasília).

INFORMAÇÕES SOBRE O PREGÃO: Informações bem como o edital e seus anexos poderão ser obtidos junto a página eletrônica do Banco do Brasil, no site www.licitacoes-e.com.br, Setor de Licitações, localizado na Sede da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, sito a Rua Juazeiro, 1.065, Centro, Fone: (46) 3532-8200, no horário normal de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira e/ou através do e-mail: licitacoes@fiqnet.com.br.

Quedas do Iguaçu, 22 de novembro de 2017.

ITAMAR DA SILVA
Pregoeiro

A ÁGUA É FONTE DE VIDA.

O JORNAL CORREIO É FONTE DE INFORMAÇÃO.

ASSIM COMO A ÁGUA É FONTE DE VIDA, O JORNAL CORREIO É FONTE DE INFORMAÇÃO PARA TODA REGIÃO DA CANTU. E TANTO UM COMO O OUTRO SÃO INDISPENSÁVEIS.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 1

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa paga até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	6.240.000,00	6.240.000,00	536.342,90	2.071.342,06	4.168.657,94	536.858,70	2.070.290,31	4.159.709,69	2.070.280,91
DESPESAS CORRENTES	2.985.000,00	3.105.000,00	536.342,90	2.067.253,06	1.037.746,94	536.858,70	2.066.201,31	1.038.798,69	2.066.191,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.900.000,00	2.990.000,00	508.170,94	2.034.863,82	955.136,18	508.170,94	2.034.863,82	955.136,18	2.034.863,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.000,00	115.000,00	28.171,96	32.389,24	82.610,76	28.687,76	31.337,49	83.662,51	31.328,09
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	0,00	4.089,00	5.911,00	0,00	4.089,00	5.911,00	4.089,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	4.089,00	5.911,00	0,00	4.089,00	5.911,00	4.089,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.245.000,00	3.115.000,00	0,00	0,00	3.115.000,00	0,00	0,00	3.115.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.245.000,00	3.115.000,00	0,00	0,00	3.115.000,00	0,00	0,00	3.115.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	10.000,00	2.086,70	4.992,99	5.007,01	2.086,70	4.992,99	5.007,01	4.992,99
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	6.240.000,00	6.240.000,00	538.429,60	2.076.335,05	4.163.664,95	538.945,40	2.075.283,30	4.164.716,70	2.075.273,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	6.240.000,00	6.240.000,00	538.429,60	2.076.335,05	4.163.664,95	538.945,40	2.075.283,30	4.164.716,70	2.075.273,90
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.717.997,56
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	6.240.000,00	6.240.000,00	538.429,60	2.076.335,05	4.163.664,95	538.945,40	2.075.283,30	4.164.716,70	4.793.271,46
RESERVA DO RPPS	0,00	6.240.000,00	0,00	0,00	6.240.000,00	0,00	0,00	6.240.000,00	0,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 1

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa paga até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	10.000,00	2.086,70	4.992,99	5.007,01	2.086,70	4.992,99	5.007,01	4.992,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	10.000,00	2.086,70	4.992,99	5.007,01	2.086,70	4.992,99	5.007,01	4.992,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	0,00	10.000,00	2.086,70	4.992,99	5.007,01	2.086,70	4.992,99	5.007,01	4.992,99
SUPERÁVIT (IV)	3.393.536,54	3.393.536,54	437.431,89	2.389.943,69	1.003.592,85	437.431,89	2.389.943,69	1.003.592,85	2.389.943,69
TOTAL (V) = (III + IV)	3.393.536,54	3.403.536,54	439.518,59	2.394.936,68	1.008.599,86	439.518,59	2.394.936,68	1.008.599,86	2.394.936,68



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 1

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	2.846.463,46	2.846.463,46	326.743,51	11,48	2.398.334,78	84,26	448.128,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.239.000,00	1.239.000,00	102.473,97	8,27	965.978,50	77,96	273.021,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.239.000,00	1.239.000,00	102.473,97	8,27	965.978,50	77,96	273.021,50
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.597.463,46	1.597.463,46	223.511,14	13,99	1.377.542,92	86,23	219.920,54
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.597.463,46	1.597.463,46	223.511,14	13,99	1.377.542,92	86,23	219.920,54
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	758,40	7,58	54.813,36	548,13	(44.813,36)
MULTAS JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	758,40	7,58	54.813,36	548,13	(44.813,36)
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	3.393.536,54	3.393.536,54	439.518,59	12,95	2.394.936,68	70,57	998.599,86
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	6.240.000,00	6.240.000,00	766.262,10	12,28	4.793.271,46	76,82	1.446.728,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	6.240.000,00	6.240.000,00	766.262,10	12,28	4.793.271,46	76,82	1.446.728,54
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	6.240.000,00	6.240.000,00	766.262,10	12,28	4.793.271,46	76,82	1.446.728,54
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 1

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.393.536,54	3.393.536,54	439.518,59	12,95	2.394.936,68	70,57	998.599,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.393.536,54	3.393.536,54	439.518,59	12,95	2.394.936,68	70,57	998.599,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.393.536,54	3.393.536,54	439.518,59	12,95	2.394.936,68	70,57	998.599,86
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	3.393.536,54	3.393.536,54	439.518,59	12,95	2.394.936,68	70,57	998.599,86
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	3.393.536,54	3.393.536,54	439.518,59	12,95	2.394.936,68	70,57	998.599,86



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 1

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2016 (a)	Em 31/08/2017 (b)	Em 31/10/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	12.982.791,17	15.519.869,87	15.771.060,32
Disponibilidade de Caixa	12.982.791,17	15.519.869,87	15.771.060,32
Disponibilidade de caixa bruta	13.038.672,03	15.578.776,77	15.771.069,72
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	55.880,86	58.906,80	9,40
Demais haveres financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(12.982.791,17)	(15.519.869,87)	(15.771.060,32)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(12.982.791,17)	(15.519.869,87)	(15.771.060,32)
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No bimestre (c-b)	Jan a Out (c-a)	
RESULTADO NOMINAL	(251.190,45)	(2.788.269,15)	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 2

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	2.846.463,46	2.846.463,46	2.398.334,78	2.192.887,22
RECEITAS CORRENTES	2.846.463,46	2.846.463,46	2.398.334,78	2.192.887,22
Receita de Contribuições dos Segurados	1.239.000,00	1.239.000,00	965.978,50	835.750,19
Pessoal Civil	1.239.000,00	1.239.000,00	965.978,50	835.750,19
Contribuição do Servidor Ativo Civil	1.220.000,00	1.220.000,00	961.052,20	820.984,97
Contribuição do Servidor Inativo Civil	19.000,00	19.000,00	14.926,30	14.765,22
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.597.463,46	1.597.463,46	1.377.542,92	1.357.137,03
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliárias	1.597.463,46	1.597.463,46	1.377.542,92	1.357.137,03
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	10.000,00	10.000,00	54.813,36	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	3.393.536,54	3.393.536,54	2.394.936,68	987.643,78
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(III)=(I+II)	6.240.000,00	6.240.000,00	4.793.271,46	3.180.531,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IV)	2.995.000,00	3.115.000,00	2.071.342,00	1.946.383,62	2.070.290,31	1.945.338,83
ADMINISTRAÇÃO	295.000,00	315.000,00	92.399,18	124.136,48	91.347,43	123.091,69
Despesas Correntes	285.000,00	305.000,00	88.310,18	124.136,48	87.258,43	123.091,69
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	4.089,00	0,00	4.089,00	0,00
PREVIDÊNCIA	2.700.000,00	2.800.000,00	1.978.942,88	1.822.247,14	1.978.942,88	1.822.247,14
Pessoal Civil	2.700.000,00	2.800.000,00	1.978.942,88	1.822.247,14	1.978.942,88	1.822.247,14
Aposentadorias	2.300.000,00	2.300.000,00	1.679.578,35	1.582.866,91	1.679.578,35	1.582.866,91
Pensões	400.000,00	400.000,00	233.150,73	239.380,23	233.150,73	239.380,23
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	100.000,00	66.213,80	0,00	66.213,80	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	10.000,00	4.992,99	0,00	4.992,99	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(VI)=(IV+V)	2.995.000,00	3.125.000,00	2.076.335,00	1.946.383,62	2.075.283,30	1.945.338,83


RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)		Página: 1 / 1	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
Previsão Inicial da Receita		6.240.000,00	
Previsão Atualizada da Receita		6.240.000,00	
Receitas Realizadas		4.793.271,46	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores		0,00	
Dotação Inicial		6.240.000,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		6.240.000,00	
Despesas Empenhadas		2.076.335,05	
Despesas Liquidadas		2.075.283,30	
Despesas Pagas		2.075.273,90	
Superávit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.076.335,05	
Despesas Liquidadas		2.075.283,30	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas Previdenciárias (IV)			
Despesas Previdenciárias (V)			
Resultado Previdenciário (IV - V)			
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		Até o Bimestre	
Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)			
Resultado Nominal		0,00	0,00 %
Resultado Primário		473.517,28	282,90 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR		Até o Bimestre	
		Inscrição	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
Poder Executivo		55.880,86	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
Poder Executivo		851,01	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00
TOTAL		56.731,87	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		Até o Bimestre	
Valor apurado até o bimestre		0,00	0,00 %
Limite constitucional anual		25% / 18%	0,00 %
Mínimo a aplicar no exercício		60%	0,00 %
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE		0,00	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino		0,00	0,00 %
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Até o Bimestre	
Valor apurado até o bimestre		0,00	0,00
Saldo a realizar		5.911,00	0,00
Receita de Operações de Crédito		0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida		4.089,00	5.911,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
		Exercício em Referência	Saldo a realizar
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		10º Exercício	20º Exercício
Receitas Previdenciárias (IV)			
Despesas Previdenciárias (V)			
Resultado Previdenciário (IV - V)			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Até o Bimestre	
Valor apurado até o bimestre		0,00	0,00
Saldo a realizar		0,00	0,00
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Até o Bimestre	
Valor apurado até o bimestre		0,00	0,00 %
Limite constitucional anual		15%	0,00 %
Mínimo a aplicar no exercício			
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	0,00 %
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Até o Bimestre	

<div>  <div> MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017 </div> </div>									
<div> <div>Página: 1 / 1</div> </div>									
<div> RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e §1º) </div>									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (g-h)	Despesas pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	2.283.786,54	2.451.747,78	548.038,34	1.804.057,73	647.690,05	376.495,37	1.631.514,76	820.233,02	1.543.709,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.770.250,00	1.893.950,00	252.487,38	1.256.259,95	637.690,05	252.487,38	1.256.259,95	637.690,05	1.168.454,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	513.536,54	557.797,78	296.550,96	547.797,78	10.000,00	124.007,99	375.254,81	182.542,97	375.254,81
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	2.283.786,54	2.451.747,78	548.038,34	1.804.057,73	647.690,05	376.495,37	1.631.514,76	820.233,02	1.543.709,66
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	2.283.786,54	2.451.747,78	548.038,34	1.804.057,73	647.690,05	376.495,37	1.631.514,76	820.233,02	1.543.709,66

Nota.

[illegible]


<div>  <div> MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017 </div> </div>				Página: 1 / 1
RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)				
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		SALDO		
		Em 31/12/2016 (a)	Em 31/08/2017 (b)	Em 31/10/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		4.399.061,13	6.069.949,52	7.527.686,58
DEDUÇÕES (II)		(4.722.015,95)	(68.409,04)	(493.200,93)
Disponibilidade de Caixa		(4.722.058,83)	(68.409,04)	(493.200,93)
Disponibilidade de caixa bruta		972.130,04	2.565.676,62	2.662.819,85
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)		5.694.188,87	2.634.085,66	3.156.020,78
Demais haveres financeiros		42,88	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		9.121.677,08	6.138.358,56	8.020.887,51
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		1.138.217,68	2.815.833,48	2.760.487,57
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)		7.983.459,40	3.322.525,08	5.260.399,94
RESULTADO NOMINAL			PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			No bimestre (c-b)	Jan a Out (c-a)
RESULTADO NOMINAL			1.937.874,86	(2.723.059,46)
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

	MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017
--	--

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Página: 1 / 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	(2.283.786,54)	0,00	(376.495,37)		(1.631.514,76)		1.631.514,76
TOTAL(V) = (III + IV)	(2.283.786,54)	0,00	(376.495,37)		(1.631.514,76)		1.631.514,76

	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017
--	---

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Página: 1 / 2

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	2.846.463,46	2.846.463,46	2.396.334,78	2.192.887,22
RECEITAS CORRENTES	2.846.463,46	2.846.463,46	2.396.334,78	2.192.887,22
Receita de Contribuições dos Segurados	1.239.000,00	1.239.000,00	965.978,50	835.750,19
Pessoal Civil	1.239.000,00	1.239.000,00	965.978,50	835.750,19
Contribuição do Servidor Ativo Civil	1.220.000,00	1.220.000,00	951.052,20	820.984,97
Contribuição do Servidor Inativo Civil	19.000,00	19.000,00	14.926,30	14.765,22
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.597.463,46	1.597.463,46	1.377.542,92	1.357.137,03
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliárias	1.597.463,46	1.597.463,46	1.377.542,92	1.357.137,03
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	10.000,00	10.000,00	54.813,36	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	3.393.536,54	3.393.536,54	2.394.936,68	987.643,78
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(III)=(I+II)	6.240.000,00	6.240.000,00	4.793.271,46	3.180.531,00


DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IV)	2.995.000,00	3.115.000,00	2.071.342,06	1.946.383,62	2.070.290,31	1.945.338,83
ADMINISTRAÇÃO	295.000,00	315.000,00	92.399,18	124.136,48	91.347,43	123.091,69
Despesas Correntes	285.000,00	305.000,00	88.310,18	124.136,48	87.258,43	123.091,69
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	4.089,00	0,00	4.089,00	0,00
PREVIDÊNCIA	2.700.000,00	2.800.000,00	1.978.942,88	1.822.247,14	1.978.942,88	1.822.247,14
Pessoal Civil	2.700.000,00	2.800.000,00	1.978.942,88	1.822.247,14	1.978.942,88	1.822.247,14
Aposentadorias	2.300.000,00	2.300.000,00	1.679.578,35	1.582.866,91	1.679.578,35	1.582.866,91
Pensões	400.000,00	400.000,00	233.150,73	239.380,23	233.150,73	239.380,23
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	100.000,00	66.213,80	0,00	66.213,80	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	10.000,00	4.992,99	0,00	4.992,99	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(VI)=(IV+V)	2.995.000,00	3.125.000,00	2.076.335,05	1.946.383,62	2.075.283,30	1.945.338,83
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(VII)=(III-VI)	3.245.000,00	3.115.000,00	2.716.936,41	1.234.147,38	2.717.988,16	1.235.192,17

APORTE DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES DO RPPS	375.254,81
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Recursos para Formação de Reservas	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	375.254,81
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	375.254,81
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	4.624,72	130.940,81
Investimentos	15.766.445,00	12.907.731,22
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00


	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017
---	---

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Página: 2 / 2

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
RECEITAS CORRENTES(VIII)	2.833.536,54	2.833.536,54	2.394.936,68	553.598,66
Receita de Contribuições	2.833.536,54	2.833.536,54	2.394.936,68	553.598,66
Patronal	1.730.000,00	1.730.000,00	1.187.940,11	323.802,41
Pessoal Civil	1.730.000,00	1.730.000,00	1.187.940,11	323.802,41
Contribuição do Servidor Ativo Civil	1.730.000,00	1.730.000,00	1.187.940,11	323.802,41
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	503.536,54	503.536,54	375.254,81	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	600.000,00	600.000,00	831.741,76	229.796,25
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	560.000,00	560.000,00	0,00	434.045,12
RECEITAS DE CAPITAL(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS(XI)=(VIII+IX)	2.833.536,54	2.833.536,54	2.394.936,68	553.598,66

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
ADMINISTRAÇÃO(XII)	0,00	0,00	4.992,99	4.992,99	4.992,99	4.992,99
Despesas Correntes	0,00	4.992,99	0,00	4.992,99	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS(XII)=(XII)	0,00	0,00	4.992,99	4.992,99	4.992,99	4.992,99

	CONSOLIDADO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017
---	---

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Página: 1 / 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.955.449,64	0,00
Pessoal Ativo	14.251.605,66	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.636.654,11	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	33.189,87	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	34.000,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.535.275,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	59.146,03	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.404.159,41	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	71.970,19	0,00
Pensionistas	17.982,83	0,00
IRRF	53.987,36	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) - IN 56 TCE/PR	14.420.174,01	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		14.420.174,01

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.309.077,25	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	28.309.077,25	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	14.420.174,01	50,94%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.286.901,72	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.522.556,63	51,3%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	13.758.211,54	48,6%



MUNICÍPIO DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 2

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	28.708.524,18	32.602.533,76	4.249.302,39	22.318.474,28	60,50	10.334.059,48	4.925.915,69	20.319.310,42	60,57	12.333.223,34
LEGISLATIVA	1.216.000,00	1.216.000,00	0,00	0,00	0,00	1.216.000,00	0,00	0,00	0,00	1.216.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	1.216.000,00	1.216.000,00	0,00	0,00	0,00	1.216.000,00	0,00	0,00	0,00	1.216.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	162.000,00	160.000,00	15.984,00	80.406,50	0,33	79.593,48	15.984,00	80.406,50	0,37	79.593,48
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	162.000,00	160.000,00	15.984,00	80.406,50	0,33	79.593,48	15.984,00	80.406,50	0,37	79.593,48
ADMINISTRAÇÃO	3.016.239,21	2.930.137,49	569.686,03	1.966.059,58	8,15	963.177,44	508.403,43	1.886.256,77	8,59	1.043.880,72
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	487.000,00	487.000,00	50.596,52	265.059,58	1,10	221.940,42	50.596,52	265.059,58	1,21	221.940,42
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.178.739,21	2.067.837,49	464.111,61	1.480.077,14	6,14	587.580,35	402.820,91	1.399.373,86	6,38	688.263,63
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	107.000,00	107.000,00	18.742,64	66.910,78	0,28	40.089,22	18.742,64	66.910,78	0,30	40.089,22
CONTROLE INTERNO	133.500,00	118.500,00	9.696,90	48.894,50	0,20	69.605,50	9.696,90	48.894,50	0,22	69.605,50
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	110.000,00	150.000,00	26.536,36	106.018,05	0,44	43.981,95	26.536,36	106.018,05	0,48	43.981,95
SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.155.700,25	2.148.412,63	221.657,20	1.178.293,25	4,89	969.939,68	270.252,74	1.165.581,09	5,31	892.811,54
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	32.000,00	27.000,00	2.730,76	10.162,39	0,04	16.481,71	3.877,78	10.342,39	0,05	16.657,61
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	507.100,00	585.459,47	51.511,83	296.162,87	1,23	289.296,60	58.387,82	293.200,10	1,34	290.259,37
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.616.600,25	1.535.953,16	177.424,61	872.177,79	3,62	663.761,37	207.977,14	862.038,60	3,93	673.914,58
PREVIDÊNCIA SOCIAL	572.000,00	195.738,76	0,00	149.610,75	0,62	46.128,01	0,00	149.610,75	0,68	46.128,01
PREVIDÊNCIA ESPECIAL	572.000,00	195.738,76	0,00	149.610,75	0,62	46.128,01	0,00	149.610,75	0,68	46.128,01
SAÚDE	5.800.565,00	6.010.813,10	1.010.042,27	4.271.847,78	17,71	1.738.985,34	1.052.170,34	4.222.418,97	19,24	1.788.394,53
ATENÇÃO BÁSICA	5.439.855,00	5.844.818,78	997.085,15	4.202.098,78	17,42	1.642.760,00	1.099.696,22	4.154.398,78	18,93	1.689.820,02
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	120.700,00	122.940,32	1.646,50	39.530,09	0,17	83.081,23	1.646,50	37.583,02	0,17	85.430,40
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	40.000,00	43.000,00	10.027,62	29.958,69	0,12	13.144,11	10.027,62	29.958,69	0,14	13.144,11
EDUCAÇÃO	8.672.175,50	11.193.653,78	1.430.234,70	8.888.839,57	36,02	2.504.782,21	1.889.839,57	7.441.882,60	33,90	3.211.765,18
ENSINO FUNDAMENTAL	8.592.175,50	11.063.676,78	1.406.748,46	8.588.156,52	35,60	2.474.834,28	1.876.396,85	7.341.840,55	33,45	3.217.810,23
ENSINO SUPERIOR	80.000,00	130.000,00	23.442,24	100.682,95	0,41	29.947,95	23.442,24	100.682,95	0,48	29.947,95
CULTURA	126.000,00	83.000,00	8.066,24	80.627,63	0,33	2.972,37	8.066,24	80.627,63	0,38	2.972,37
DIFUSÃO CULTURAL	126.000,00	83.000,00	8.066,24	80.627,63	0,33	2.972,37	8.066,24	80.627,63	0,38	2.972,37
URBANISMO	1.039.639,78	984.848,62	72.310,04	610.782,77	2,53	374.065,25	81.488,19	609.501,12	2,78	375.346,90
INFRA-ESTRUTURA URBANA	263.000,00	218.000,00	(15.102,42)	113.565,50	0,47	104.504,50	(15.062,62)	113.495,50	0,52	104.504,50
SERVIÇOS URBANOS	426.639,78	596.639,78	82.979,41	387.355,60	1,61	209.328,18	93.520,81	387.327,00	1,76	209.412,78
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	150.000,00	170.000,00	17.000,00	159.981,67	0,46	60.235,57	30.000,00	128.778,63	0,50	61.429,62
GESTÃO AMBIENTAL	151.000,00	134.181,28	12.169,78	90.162,40	0,25	74.018,86	12.169,78	90.162,40	0,27	74.018,86
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	66.000,00	66.000,00	8.223,40	41.657,83	0,17	24.342,18	8.223,40	41.657,83	0,19	24.342,18
RECURSOS HÍDRICOS	85.000,00	68.181,28	3.946,38	15.504,50	0,08	49.676,68	3.946,38	15.504,50	0,08	49.676,68
AGRICULTURA	865.000,00	1.088.053,36	65.592,96	429.313,87	1,78	638.748,49	74.423,03	425.574,03	1,94	462.489,33

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
EXTENSÃO RURAL	960.000,00	1.088.053,36	65.592,96	429.313,87	1,78	638.748,49	74.423,03	425.574,03	1,94	642.489,33
INDÚSTRIA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO AO TRABALHO	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TURISMO	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSPORTE	2.947.080,38	3.714.298,36	358.799,01	2.767.027,93	11,47	946.454,43	524.547,47	2.165.045,99	9,86	1.548.243,37
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.287.000,00	1.236.391,24	189.203,23	943.405,44	3,52	392.596,50	189.903,90	898.892,74	3,82	397.471,20
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.560.080,38	2.477.907,12	169.595,78	1.903.392,49	7,98	663.987,91	334.642,47	1.326.195,49	6,04	1.151.789,17
DESPORTO E LAZER	491.000,00	524.500,00	97.001,01	366.392,39	1,52	158.120,03	100.302,30	365.410,84	1,68	169.089,16
DESPORTO COMUNITÁRIO	378.000,00	491.500,00	87.342,25	320.158,11	1,33	131.281,39	91.144,54	319.252,48	1,45	132.247,52
LAZER	73.000,00	73.000,00	9.657,76	46.158,36	0,19	26.841,84	9.657,76	46.158,36	0,21	26.841,84
ENCARGOS ESPECIAIS	1.492.000,00	1.971.352,87	377.769,14	1.067.422,09	6,91	303.930,79	377.769,14	1.067.422,09	7,60	303.930,79
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.000.000,00	1.052.101,72	188.632,44	912.679,77	3,78	139.527,95	188.632,44	912.679,77	4,16	139.527,95
TRANSFERÊNCIAS	233.000,00	80.451,15	24.895,05	48.732,11	0,20	31.719,04	24.895,05	48.732,11	0,22	31.719,04
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	429.000,00	838.800,00	164.241,65	706.110,21	2,93	132.689,79	164.241,65	706.110,21	3,22	132.689,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	307.549,11	307.549,11	0,00	0,00	0,00	307.549,11	0,00	0,00	0,00	307.549,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	307.549,11	307.549,11	0,00	0,00	0,00	307.549,11	0,00	0,00	0,00	307.549,11
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.283.767,54	2.451.747,78	549.038,34	1.894.657,73	7,48	647.690,05	376.495,37	1.831.514,78	7,43	805.233,02
TOTAL (II) =	30.993.310,72	35.104.281,54	4.798.340,73	24.122.532,01	100,00	10.981.749,53	5.302.411,06	21.950.825,18	100,00	13.153.456,36

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

MUNICÍPIO DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017

Página: 1 / 1

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.283.766,54	2.451.747,78	549.038,34	1.894.657,73	100,00	647.690,05	376.495,37	1.831.514,78	100,00	805.233,02
LEGISLATIVA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	10.000,00	10.000,00	1.080,00	5.360,72	0,33	4.639,28	1.080,00	5.360,72	0,33	4.639,28
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	10.000,00	10.000,00	1.080,00	5.360,72	0,33	4.639,28	1.080,00	5.360,72	0,33	4.639,28
ADMINISTRAÇÃO	172.000,00	177.000,00	15.123,25	82.728,10	4,58	94.271,90	15.123,25	82.728,10	5,07	94.271,90
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	30.000,00	35.000,00	2.109,88	14.803,61	0,82	20.196,39	2.109,88	14.803,61	0,91	20.196,39
ADMINISTRAÇÃO GERAL	109.000,00	109.000,00	9.274,75	49.636,55	2,75	59.363,47	9.274,75	49.636,55	3,04	59.363,47
CONTROLE INTERNO	18.000,00	18.000,00	1.454,84	7.724,20	0,42	10.275,80	1.454,84	7.724,20	0,42	10.275,80
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	10.000,00	15.000,00	2.372,78	11.013,74	0,81	3.986,26	2.372,78	11.013,74	0,88	3.986,26
ASSISTÊNCIA SOCIAL	136.000,00	141.000,00	16.401,84	85.094,87	4,72	55.905,13	16.401,84	85.094,87	5,22	55.905,13
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	28.000,00	28.000,00	2.086,01	10.551,80	0,86	12.448,20	2.086,01	10.551,80	0,95	12.448,20
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	108.000,00	113.000,00	14.315,83	69.543,07	3,86	43.456,93	14.315,83	69.543,07	4,26	43.456,93
PREVIDÊNCIA SOCIAL	503.536,54	547.797,78	296.550,96	547.797,78	30,36	0,00	124.007,99	375.254,81	23,00	172.542,97
PREVIDÊNCIA ESPECIAL	503.536,54	547.797,78	296.550,96	547.797,78	30,36	0,00	124.007,99	375.254,81	23,00	172.542,97
SAÚDE	331.000,00	391.000,00	62.603,62	262.508,52	14,56	128.491,48	62.603,62	262.508,52	16,09	128.491,48
ATENÇÃO BÁSICA	331.000,00	391.000,00	62.603,62	262.508,52	14,56	128.491,48	62.603,62	262.508,52	16,09	128.491,48
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	10.000,00	0,00	5.276,47	0,29	4.723,53	0,00	5.276,47	0,37	4.723,53
EDUCAÇÃO	906.000,00	963.200,00	142.477,40	701.842,00	38,90	251.358,00	142.477,40	701.842,00	43,02	251.358,00
ENSINO FUNDAMENTAL	906.000,00	963.200,00	142.477,40	701.842,00	38,90	251.358,00	142.477,40	701.842,00	43,02	251.358,00
URBANSUMO	17.000,00	17.000,00	1.950,86	9.724,62	0,54	7.275,38	1.950,86	9.724,62	0,60	7.275,38
INFRA-ESTRUTURA URBANA	17.000,00	17.000,00	1.950,86	9.724,62	0,54	7.275,38	1.950,86	9.724,62	0,60	7.275,38
GESTÃO AMBIENTAL	2.250,00	2.250,00	0,00	0,00	0,00	2.250,00	0,00	0,00	0,00	2.250,00
RECURSOS HÍDRICOS	2.250,00	2.250,00	0,00	0,00	0,00	2.250,00	0,00	0,00	0,00	2.250,00
AGRICULTURA	36.000,00	36.000,00	4.589,81	22.955,82	1,27	13.044,38	4.589,81	22.955,82	1,41	13.044,38
EXTENSÃO RURAL	36.000,00	36.000,00	4.589,81	22.955,82	1,27	13.044,38	4.589,81	22.955,82	1,41	13.044,38
TRANSPORTE	100.000,00	100.000,00	13.874,92	65.972,76	3,98	34.027,24	13.874,92	65.972,76	4,04	34.027,24
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	100.000,00	13.874,92	65.972,76	3,98	34.027,24	13.874,92	65.972,76	4,04	34.027,24
DESPORTO E LAZER	20.000,00	20.000,00	4.104,98	20.072,74	1,11	6.427,28	4.104,98	20.072,74	1,23	6.427,28
DESPORTO COMUNITÁRIO	20.000,00	20.000,00	4.104,98	20.072,74	1,11	6.427,28	4.104,98	20.072,74	1,23	6.427,28
TOTAL (II) =	2.283.766,54	2.451.747,78	549.038,34	1.894.657,73	100,00	647.690,05	376.495,37	1.831.514,78	100,00	805.233,02

MUNICÍPIO DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

Página: 3 / 3

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(f) = (g/d)x100
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	603.000,00	2.697.675,78	2.318.507,61	85,94	1.086.608,39	40,28
43 - TOTAL OUTRAS DESP CUSTEADAS COM REC ADICIONAIS PARA FINAN DO ENSINO	1.168.000,00	3.262.675,78	2.736.923,02	83,89	1.505.023,80	46,13
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	9.578.175,00	12.146.850,78	9.230.415,58	75,99	7.993.041,07	65,80

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADOS EM 2017 (g)
45 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	332.825,22	31.134,24

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	65.835,34	0,00
47 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	4.552.101,66	0,00
48 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.509.517,67	0,00
49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	7.571,27	0,00
50 - (-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	115.990,60	0,00
51 - (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 - Retenções	0,00	0,00
51.2 - Conciliação Bancária	0,00	0,00
52 - (=) Saldo financeiro conciliado	0,00	0,00




MUNICÍPIO DE CANTAGALO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2017


Página: 1 / 1


RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	711.190,59	(711.190,59)	

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.733.542,48	4.651.617,52	2.765.051,88	1.081.924,96
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.733.542,48	4.651.617,52	2.765.051,88	1.081.924,96
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I – II)	(5.733.542,48)	(3.940.426,93)	-	(1.793.115,55)

 <div>MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO A OUTUBRO DE 2017</div>									
RRF, Art. 53, inciso V - Anexo IX									
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos Exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos em 31 de dezembro de 2016	Cancelados	Pagos	A Pagar
EXECUTIVO									
Município de Cantagalo	1.058.829,92	4.642.193,01	2.422.985,23	1.739.967,99	1.538.969,71	1.712.401,46	6.777,00	724.068,83	981.615,42
Órgão NÃO encontrado: 0	9.991,06	0,00	0,00	1.811,72	81.179,34	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO MUNICIPAL	1.052,30	22.988,95	4.627,74	16.579,26	2.484,05	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADM PLANEJAMENTO IND E COMERCIO	202.767,09	589.329,94	535.153,46	128.912,05	128.051,50	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	24.214,47	55.797,75	54.892,18	9.743,50	15.316,54	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	329.605,99	682.178,27	236.290,52	83.448,31	692.045,43	1.603.943,65	0,00	668.518,32	935.425,33
SECRETARIA DE SAUDE	150.190,17	844.106,74	426.722,25	353.929,52	213.647,14	83.595,76	6.777,00	30.626,47	46.190,29
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	104.103,91	244.286,33	191.237,25	89.860,53	67.292,36	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	122.819,71	1.401.944,73	688.892,50	701.390,87	134.591,24	24.862,04	0,00	24.862,04	0,00
SECRETARIA DE ESPORTES	81.854,92	190.474,19	18.449,58	18.106,16	295.772,47	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E	30.488,05	63.067,22	38.832,32	16.960,15	37.782,80	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	2.394,74	6.695,29	0,00	1.699,45	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	750,45	545.985,15	226.202,09	318.336,12	2.197,39	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.058.829,92	4.642.193,01	2.422.985,23	1.739.967,99	1.538.969,71	1.712.401,46	6.777,00	724.068,83	981.615,42

 <div>MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017</div>				
RRF, Art. 53, Inciso III - Anexo VII				
RECEITAS PRIMÁRIAS		Previsão atualizada	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan à Out 2017	Jan à Out 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		30.592.089,60	22.339.455,64	21.616.228,29
Receita tributária		3.260.767,52	1.686.478,53	1.623.736,64
IPTU		250.000,00	163.720,82	135.358,55
ISS		1.300.000,00	889.512,79	837.603,08
ITBI		700.000,00	191.828,52	258.367,62
IRRF		515.000,00	281.441,16	255.005,99
Outras receitas tributárias		495.767,52	159.975,24	137.401,40
(-)Deduções da receita tributária		0,00	0,00	0,00
Receita de contribuição		403.139,78	330.351,17	320.142,10
Receita previdenciária		0,00	0,00	0,00
Outras receitas de contribuições		403.139,78	330.351,17	320.142,10
(-)Deduções da receita de contribuições		0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial líquida		11.900,00	0,00	0,00
Receita patrimonial		204.621,12	142.613,18	132.783,67
(-)Aplicações financeiras		(192.721,12)	(142.613,18)	(132.783,67)
(-)Deduções da Receita patrimonial		0,00	0,00	0,00
Transferências correntes		26.611.075,11	20.198.463,93	19.493.685,65
FPM		10.800.000,00	8.719.273,26	8.064.851,41
ICMS		5.800.000,00	5.226.270,55	4.442.200,97
Convênios		1.106.000,00	210.064,22	1.188.662,90
Outras transferências correntes		8.905.075,11	6.042.855,90	5.797.970,37
Demais receitas correntes		305.207,19	124.162,01	178.663,90
Divida Ativa		2.298,56	42.515,58	58.046,73
Diversas receitas correntes		302.908,63	81.646,43	120.617,17
(-)Deduções das demais receitas correntes		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(II)		3.702.741,86	3.178.198,88	2.345.105,98
Operações de crédito(III)		0,00	711.190,59	204.433,59
Amortizações de empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00
Alienação de ativos (V)		0,00	109.050,00	70.900,00
Transferências de capital		3.702.741,86	2.357.958,29	2.069.772,39
Convênios		2.489.714,77	1.849.306,49	1.309.814,13
Outras transferências de capital		1.213.027,09	508.651,80	759.958,26
Outras receitas de capital		0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)= (II-III-IV-V)		3.702.741,86	2.357.958,29	2.069.772,39
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)		34.294.831,46	24.697.413,93	23.686.000,68
DESPESAS PRIMÁRIAS		Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Jan à Out 2017	Jan à Out 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)		29.063.189,95	19.470.914,49	22.904.030,15
Pessoal e encargos sociais		16.843.988,76	11.075.207,79	11.791.174,44
Juros e encargos da dívida (I)		265.508,96	217.375,84	217.375,84
Outras despesas correntes		11.953.692,23	8.178.330,86	10.882.150,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)=(VIII-I)		28.797.680,99	19.253.538,65	22.653.325,38
DESPESAS DE CAPITAL (I)		5.733.542,48	4.651.617,52	4.871.073,92
Investimentos		4.946.949,72	3.956.413,59	4.210.222,15
Inversões financeiras		0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos (II)		0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado (III)		0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida (IV)		786.592,76	695.203,93	660.851,77
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL FISCALIS (V)=(I-II-III-IV)		4.946.949,72	3.956.413,59	4.210.222,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI)		307.549,11	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VIII)=(I+V+VI)		34.052.179,82	23.209.952,24	26.863.547,53
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)			242.651,64	1.987.461,69
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				4.113.970,82
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				473.517,28

<div></div> <div>CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017</div>				
RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)				
Página: 1 / 1				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
Previsão Inicial da Receita		37.230.310,72		
Previsão Atualizada da Receita		40.727.552,58		
Receitas Realizadas		30.453.539,16		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores		0,00		
Dotação Inicial		37.230.310,72		
Créditos Adicionais		4.113.970,82		
Dotação Atualizada		41.344.281,54		
Despesas Empenhadas		26.198.867,06		
Despesas Liquidadas		24.026.108,48		
Despesas Pagas		22.315.463,35		
Superávit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		26.198.867,06		
Despesas Liquidadas		24.026.108,48		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		28.309.077,25		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)		4.793.271,46		
Despesas Previdenciárias (V)		2.075.283,30		
Resultado Previdenciário (IV - V)		2.717.988,16		
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)		
Resultado Nominal		0,00		
Resultado Primário		473.517,28		
Movimentação dos Restos a Pagar		Inscrição		
Restos a Pagar Processados		Cancelamento até o bimestre		
Poder Executivo		Pagamento até o bimestre		
Poder Legislativo		Saldo		
Restos a Pagar Não-Processados				
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
TOTAL				
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		Valor apurado até o bimestre		
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE		Limites constitucionais anuais		
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino		% Mínimo a aplicar no exercício		
		% Aplicado até o bimestre		
Receitas de Operações de Crédito		Valor apurado até o bimestre		
Despesa de Capital Líquida		Saldo a realizar		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício em Referência		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		10º Exercício		
Receitas Previdenciárias (IV)		20º Exercício		
Despesas Previdenciárias (V)		35º Exercício		
Resultado Previdenciário (IV - V)				
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		Saldo a realizar		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o bimestre		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		Limites constitucionais anuais		
		% Mínimo a aplicar no exercício		
		% Aplicado até o bimestre		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)				

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

Página: 1 / 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	37.230.310,72
Previsão Atualizada da Receita	40.273.965,19
Receitas Realizadas	12.029.279,15
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00
Dotação Inicial	37.230.310,72
Créditos Adicionais	3.548.179,68
Dotação Atualizada	40.778.490,40
Despesas Empenhadas	11.197.936,77
Despesas Liquidadas	8.355.765,63
Despesas Pagas	7.031.011,56
Superávit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	11.197.936,77
Despesas Liquidadas	8.355.765,63

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	26.934.188,67

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	
Receitas Previdenciárias (IV)	1.952.772,55
Despesas Previdenciárias (V)	683.950,13
Resultado Previdenciário (IV - V)	1.268.822,42

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	(4.126.487,34)	0,00 %
Resultado Primário	473.517,28	284.738,62	60,13 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.756.903,79	2.217.743,65	1.446.456,39	2.092.703,75
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.713.252,46	0,00	256.475,53	1.456.776,93
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.470.156,25	2.217.743,65	1.702.931,92	3.549.480,68

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	1.622.353,11	25% / 18%	22,55 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino	1.077.373,77	60%	51,40 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	274.059,63	(274.059,63)
Despesa de Capital Líquida	3.397.864,47	1.719.014,76

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	3.929.451,27	6.598.811,08	9.336.555,54	4.089.052,64
Despesas Previdenciárias (V)	2.312.872,38	3.629.678,79	6.531.888,72	6.191.126,27
Resultado Previdenciário (IV - V)	1.616.578,89	2.969.132,29	2.804.666,82	(2.102.073,63)

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	9.860,00	1.101,94

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	788.564,83	15%	10,96 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 01/2017 A 04/2017		
RGF – ANEXO 7 (LRF, Art. 48)		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	15.453.875,93	57,38
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.544.461,88	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	13.817.238,79	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.845.778,02	21,70
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	32.321.026,40	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.925.521,51	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	- 1.975.325,20	- 7,33
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.309.470,19	16,00
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.885.393,21	7,00
Fonte: Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) / TCE-PR, Unidade Responsável: Coordenadoria de Fiscalização Municipal – COFIM, Data e Hora da emissão: 21/11/2017 14:41		

MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 01/2017 A 06/2017		
RGF – ANEXO 7 (LRF, Art. 48)		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	15.282.376,99	57,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.294.701,35	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	13.579.966,28	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.702.910,28	21,54
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	31.766.003,00	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.823.767,22	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	- 1.975.325,20	- 7,46
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.235.467,07	16,00
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.853.016,84	7,00
Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) / TCE-PR, Unidade Responsável: Coordenadoria de Fiscalização Municipal – COFIM, Data e Hora da emissão: 21/11/2017 14:40		

MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 01/2017 A 08/2017		
RGF – ANEXO 7 (LRF, Art. 48)		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	14.935.694,49	53,48
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.081.572,41	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	14.327.493,79	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.672.592,33	20,31
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	33.514.605,36	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.144.344,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	- 1.975.325,20	- 7,07
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.468.614,05	16,00
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.955.018,65	7,00
Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) / TCE-PR, Unidade Responsável: Coordenadoria de Fiscalização Municipal – COFIM, Data e Hora da emissão: 21/11/2017 14:42		

MUNICÍPIO DE CANTAGALO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO DE 2017				
ADCT. Art. 77 - Anexo XVI				
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.768.800,00	2.768.800,00	1.566.782,53	56,59
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	250.000,00	250.000,00	163.720,82	65,49
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	700.000,00	700.000,00	191.828,52	27,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	889.512,79	68,42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	515.000,00	515.000,00	281.441,16	54,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.500,00	1.500,00	3.456,74	230,45
Dívida Ativa dos Impostos	2.000,00	2.000,00	32.408,29	1.620,41
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	300,00	300,00	4.414,21	1.471,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.410.000,00	18.410.000,00	15.092.985,73	81,98
Cota-Parte FPM	10.800.000,00	10.800.000,00	8.719.273,26	80,73
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	241.065,93	68,88
Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	795.133,94	61,16
Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	5.226.270,55	90,11
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	76.332,45	76,33
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	34.909,60	58,18
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	34.909,60	58,18
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.178.800,00	21.178.800,00	16.659.768,26	78,66

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.462.750,00	2.462.750,00	2.138.386,53	86,83
Provenientes da União	1.999.000,00	1.999.000,00	1.597.074,97	79,89
Provenientes dos Estados	446.250,00	446.250,00	527.246,94	118,15
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	17.500,00	17.500,00	14.064,62	80,37
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	49.500,00	49.500,00	24.717,81	49,93
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.518.750,00	2.518.750,00	2.163.104,34	85,88

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (f)	% (f/e) x100	Liquidadas até o	% (g/e) x100
DESPESAS CORRENTES	5.594.555,00	5.899.440,74	4.174.989,19	70,77	4.130.232,00	70,01
Pessoal e encargos sociais	2.864.000,00	3.206.000,00	2.298.784,74	71,70	2.298.784,74	71,70
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	2.730.555,00	2.693.440,74	1.876.204,45	69,66	1.831.447,26	68,00
DESPESAS DE CAPITAL	337.000,00	502.372,36	359.367,09	71,53	354.695,09	70,60
Investimentos	337.000,00	502.372,36	359.367,09	71,53	354.695,09	70,60
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.931.555,00	6.401.813,10	4.534.356,28	70,83	4.484.927,09	70,05

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre (h)	% (h/v)	Até o bimestre (i)	% (i/v)
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.541.450,00	2.698.782,21	1.623.851,03	35,81	1.609.652,74	35,89
Recursos de transferências do sistema único de saúde - SUS	2.325.700,00	2.519.301,11	1.456.921,30	32,13	1.442.723,01	32,17
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	215.750,00	179.481,10	166.929,73	3,68	166.929,73	3,72
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	71,46	0,00	71,46	0,00
(-)RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	301.820,08	6,66	301.820,08	6,73
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	64.134,28	1,41	64.134,28	1,41
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.541.450,00	2.698.782,21	1.989.876,85	43,88	1.975.678,56	44,04



Publicação Oficial



VOLKS

VENDO VOYAGE
completo, tratar (42) 9
9944-1914

VENDE-SE GOL 1.0
2009 trend Branco 4 por-
tas, som, pneus novos, va-
lor R\$ 17 mil fone: 99954-
5789

FORD

VENDE-SE SCORT
GLX 1.8, 16V, ano 97,
tel: 99862-0129

VENDE-SE FIESTA
2011, 1.0 preto ret ar
quente desembaçador, vi-
dro elétrico por 20.000,00
tel (42)99954-5789

IMPORTADOS

L200 SPORT AUTO
2005, motor, suspensão e
pneus zero. Aceito troca por
F350 acima do ano 2000.
Tratar com Ivan (42) 9 8405-
7519

VENDE-SE UM VAN
SPRINTER 12 lugares
completa ano 2001. Valor R\$
40 mil reais. (45) 99983-7640.

CHEVROLET

S10 2.8, ano 2000, 4x4,
bancos em couro, pneus
novos, completo e em óti-
mo estado. Valor R\$ 32,5
mil. Tratar 98426-1300

FIAT

VENDE-SE UNO
2007/08 valor R\$
10.500,00 tel: 99927-7489

VENDE-SE UNO FIRE
flex, 2 portas, ano 2006,
branco, valor R\$ 10 mil
fone: 99954-5789

LARANJEIRAS
DO SUL

VENDE-SE LOTE
400m², Rua Nova Laran-
jeiras, valor R\$ 45 mil ou
troca-se por carro, camio-
nete, tratar (42)3635-4158
- (42)99968-8652.



VENDE-SE CASA
Rua Paraguai, condomí-
nio Giro - Sol casa 13, Cris-
to Rei R\$ 160 mil, contato
(42)99850-0909

VENDE-SE APTO
novo mobiliado no Jar-
dim Paris R\$ 215 mil tratar:
99948-4646

VENDO LOTE R\$ 40 mil
por 35 mil à vista, condomí-
nio fechado tel: 99956-1360

VENDO CASA financi-
ável, 100 m², valor R\$ 228
mil, no bairro Cristo Rei,
tel:99952-4230

VENDO CASA 130 m²,
no bairro Cristo Rei, próxi-
mo ao Operário, com ter-
reno 396 m², valor R\$ 280
mil. Tratar 98432-6126.

**VENDEM-SE LO-
TES** bem localizados.
A partir de R\$ 37 mil
cada/à combinar. Con-
tato (42)999343410 e
999343401

VENDE-SE LOTE na
avenida Santos Dumont,
esquina com rua Pitanga,
450m² 99852-1776

VENDE-SE CASA
**NOVA DE ALVENA-
RIA**, medindo 75 m²,
lote murado, próximo do
centro. Valor R\$ 160 mil
a combinar. Tel: 99934-
3410/99934-3401

VENDE-SE LOTES
na área central de Laran-
jeiras do Sul, Rua Olavo
Bilac, próximo Esc. Padre
Gerson com calçamen-
to, rede de água, planos,
lote com 400m² e 620m².
Fone: (41)99621-4754

VENDE-SE UM LOTE
grande com 02 casas de
madeira média, lote fe-
chado próximo ao Detran,
ponto comercial, valor 70
mil a combinar.

LOTE COMERCIAL
na marginal da BR 277,
ao lado do Kiss Me Motel,
com 1400 m², 60 m de
frente para marginal, ide-
al para barração. R\$ 270
mil (42) 999184521

**VENDE-SE OU TRO-
CA-SE LOTE**, por ma-
teriais de construção, lo-
calizado no Santo Antônio de
Pádua, medindo 360 m²,
com escritura pública. Tel:
99998-1626

**VENDE-SE CHÁCA-
RA** em Laranjeiras do Sul,
próximo a FASE área com
140.000,00m²= 14,0 ha.
Ótimo aproveitamento,
boa de água, casa alvena-
ria e demais instalações,
açudes, pomar e estrada
com calçamento com
pedras irregulares. Fone:
(41)99621-4754

VENDO TERRENO
600 m² AV. Santos Du-
mont Bairro Monte Caste-
lo, tel: 9931-0984

**VENDE-SE TERRE-
NOS** medindo 20.000
m² cada junto ao Bair-
ro Água Verde, preço a
combinar. Tel: 99977-
7803-3635-3293

VENDO TERRENO
2755 M², na Av. Santos
Dumont, Monte Castelo,
tel: 99931-0984

**VENDE-SE DOIS LO-
TES** medindo 1 418 m²
e outro 420 m², na final
da Rua Paraná. O valor é
R\$ 46 mil, sendo R\$ 16 mil
de entrada e restante em
60 pagamentos de R\$ 500
reais. Tel: 3635-4362 ou
99956-1360

VENDE-SE UM LOTE
no Bairro Marquês bem
localizado valor R\$ 35 mil
99934-3401/99934-3410

VENDE-SE UMA
CASA em alvenaria nova
no Bairro Marquês paga-
se uma entrada e assume
o financiamento, 99934-
3401/99934-3410.

VENDE-SE LOTE pró-
ximo do Caique com toda
estrutura, luz, água e cal-
çamento valor R\$ 38 mil
99934-3401/99934-3410.

VENDE-SE LOTE
com casa pequena em
alvenaria, localizada no
bairro Presidente Vargas,
valor R\$ 50 mil a combi-
nar, fone: 9 9934-3401 / 9
9934-3410.

VENDE-SE LOTE com
casa de madeira frente
para AV. Ivan Ferreira do
Amaral, ponto comercial,
valor R\$ 165 mil, fone: 9
9934-3401 / 9 9934-3410.

ALUGA-SE

ALUGA-SE CASA E
APARTAMENTO a
partir de R\$ 450, localizado
na área central da cidade.
Tel: 99934-3410

**ALUGA-SE APAR-
TAMENTO NO CEN-
TRO**, com 1 quarto, sala
e cozinha conjugada, área
de serviço e banheiro. Ex-
celente localização. Tel:
3635-3957

ALUGA-SE CASA
rua Eugênio Martins
e Aluga-se kitnet na
rua Heitor Safrader
tel: 99986-8683 valor a
combinar

ALUGA-SE KITNET
com quarto, cozinha e ba-
nheiro. Tratar 98417-4601

**VENDE-SE CAMI-
NHÃO**, modelo ford
sapo R\$12 mil, ano 95 te-
lefone 99944 - 8294.

ALUGA-SE SALA 28
m² no centro, tel: 99901-
2926

OUTRAS
CIDADES

VENDE-SE LOTE
1000m² com casa mista
em Nova Laranjeiras cen-
tro, tel:(45)99901-8767

**PARTICIPE DO CON-
DOMÍNIO** residencial
Ilha do Mel 10 aptos à preço
de custo, parcelas de R\$ 2
mil tratar: 99948-4646.

VENDO TERRENO
COMERCIAL, na mar-
ginal da BR 277, com 1400
m², 60 m² de frente, ao
lado do Kiss Me motel.
Valor R\$ 270 mil. Tratar
(42)9-9918-4521

VENDO TERRENO,
medindo 1 alqueire e meio
no interior de Marquinho.
Na comunidade de 5 Vol-
tas no valor de R\$110 mil,
aceito carro no negócio fa-
lar com Ronaldo, contato:
046 9970-2065 ou 42 9829-
8004.



**LOCAÇÃO DE PAI-
NEL RODOVIÁRIO**,
Quedas do Iguaçu, tama-
nho do Painei 9,00 m x 3,00
m, localização: Saida para
Três Barras KM 10, orça-
mento, fone: (42)3635-2944

CARGAS

ATENDIMENTO EM TODO
PARANÁ, GRANDE SÃO PAULO
E PARTE DO LITORAL
CATARINENSE.

MATRIZ:
Av. Luiz Antônio Faedo, 2332
B. São Cristóvão - Francisco Beltrão - PR
(46) 3520-3223

fb.com/sudoestetransportes
Compre sua passagem através da internet.
www.sudoestetransportes.com.br

PASSAGENS

ATENDENDO O SUDOESTE,
OESTE DO PARANÁ E
LIGAÇÃO PARA JOINVILLE - SC.

SUDOESTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



AVISO DE REPUBLICAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 33/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para fins de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde (RDC 306 da ANVISA de dezembro de 2004), de resíduos químicos perigosos (NBR 10.004) e de lâmpadas (fluorescentes tubulares e compactas, de vapor de mercúrio, de vapor metálico, de vapor de sódio e demais congêneres) danificadas ou queimadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA: 05/12/2017, às 09h15min.

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br **UASG:** 158517

EDITAL: O edital encontra-se a disposição dos interessados no sítio da Universidade Federal da Fronteira Sul www.uffs.edu.br e no portal de compras do governo federal www.comprasgovernamentais.gov.br.

Chapecó/SC, 23 de Novembro de 2017
BERTIL LEVI HAMMARSTROM
Pregoeiro

SANGUE + DOAÇÃO

é ver sua vida correr em outras veias!

(Sergio fornasari)

VOCÊ
IMAGINA...
A GENTE
CRIA!

Canal
GRÁFICA

42 3635-2944

CONSÓRCIO CON-
TEMPLADO

Crédito R\$320 mil para
comprar imóvel, refor-
mar, construir e quitar sal-
do devedor - Entrada R\$
30 mil + transferência de
dívida (43) 99182-7034 -
Particular S. Ágio

Sua casa
fora de casa.

Expresso

Princesa dos Campos

Passagens 3635-3310

Encomendas 3635-5297

JORNALCORREIODOPOVO

>>> curta - opine
compartilhe